

TERRITÓRIO, TRABALHO E CONTRADIÇÃO: O CAMPONÊS AMAZÔNICO NA RDS CANUMÃ

TERRITORY, LABOR, AND CONTRADICTION: THE AMAZONIAN PEASANT IN THE CANUMÃ SUSTAINABLE DEVELOPMENT RESERVE

TERRITORIO, TRABAJO Y CONTRADICCIÓN: EL CAMPESINO AMAZÓNICO EN LA RESERVA DE DESARROLLO SOSTENIBLE CANUMÃ

Janderson Braganca Ribeiro¹
Arminda Rachel Botelho Mourão²

RESUMO: O presente artigo analisa as contradições entre o trabalho camponês amazônico e a expansão das relações capitalistas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã, localizada no município de Borba, Estado do Amazonas. Nossas análises se fundamentaram no materialismo histórico-dialético, combinada com revisão bibliográfica, análise documental, observação sistemática de campo realizada entre 2022 e 2026 e registros produzidos junto às comunidades da RDS. Os resultados apontaram que, mesmo inseridas em dinâmicas econômicas capitalistas, há práticas produtivas desenvolvidas pelos camponeses amazônicos que preservam elementos de reciprocidade, cooperação e uso coletivo dos recursos naturais, apresentando formas de resistência à subordinação integral da vida social à lógica do capital. Concluímos que a RDS Canumã constitui um território marcado pela coexistência contraditória entre processos de expansão capitalista e práticas sociais que reafirmam territorialidades camponesas, saberes tradicionais e relações historicamente construídas entre trabalho, natureza e comunidade.

Palavras-chave: Trabalho camponês. Amazônia. Território. Capitalismo verde. Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: This article analyzes the contradictions between Amazonian peasant labor and the expansion of capitalist relations in the Canumã Sustainable Development Reserve (RDS), located in the municipality of Borba, Amazonas State. Our analyses were based on historical-dialectical materialism, combined with bibliographic review, document analysis, systematic field observation conducted between 2022 and 2026, and records produced with the communities of the RDS. The results indicated that, even within capitalist economic dynamics, there are productive practices developed by Amazonian peasants that preserve elements of reciprocity, cooperation, and collective use of natural resources, presenting forms of resistance to the complete subordination of social life to the logic of capital. We conclude that the Canumã RDS constitutes a territory marked by the contradictory coexistence between processes of capitalist expansion and social practices that reaffirm peasant territorialities, traditional knowledge, and historically constructed relationships between labor, nature, and community.

Keywords: Peasant labor. Amazon. Territory. Green capitalism. Sustainable Development Reserves.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

² Coautora. Orientadora. Professora Dr^a Titular da Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN: Este artículo analiza las contradicciones entre el trabajo campesino amazónico y la expansión de las relaciones capitalistas en la Reserva de Desarrollo Sostenible (RDS) de Canumã, ubicada en el municipio de Borba, estado de Amazonas. Nuestros análisis se fundamentaron en el materialismo histórico-dialéctico, combinado con revisión bibliográfica, análisis documental, observación sistemática de campo realizada entre 2022 y 2026, y registros elaborados con las comunidades de la RDS. Los resultados indicaron que, incluso dentro de las dinámicas económicas capitalistas, existen prácticas productivas desarrolladas por campesinos amazónicos que preservan elementos de reciprocidad, cooperación y uso colectivo de los recursos naturales, presentando formas de resistencia a la completa subordinación de la vida social a la lógica del capital. Concluimos que la RDS de Canumã constituye un territorio marcado por la coexistencia contradictoria entre procesos de expansión capitalista y prácticas sociales que reafirman territorialidades campesinas, saberes tradicionales y relaciones históricamente construidas entre trabajo, naturaleza y comunidad.

Palabras clave: Trabajo campesino. Amazonía. Territorio. Capitalismo verde. Reservas de Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

A Amazônia se apresenta como elemento central de disputa na sociedade capitalista, historicamente seu território explorado por ciclos econômicos que vão do colonial ao estágio superior do capitalismo. Porém, não podemos reduzir o território amazônico a uma simples fronteira econômica. A região é habitada por povos indígenas, e camponeses que desenvolvem modos de vida em relação com a natureza e resistem à lógica de exploração capitalista, ponderamos nesse interim, que no território amazônico se expressa aquela que é a maior contradição da nossa sociedade, a contradição entre capital e trabalho, a partir da expansão do grande capital para o contexto amazônico, a partir mercantilização da natureza, partindo do discurso de sustentabilidade que esconde os objetivos de financeirização da proteção ambiental.

As políticas ambientais implementadas na Amazônia são apresentadas pelo Estado como mecanismos de preservação ambiental e proteção das populações tradicionais, mas, escondem no seu bojo interesses econômicos vinculados à governança ambiental, estes últimos articulados às novas formas de controle territorial mediadas pelo capital financeiro. De maneira que, a preservação da natureza deixa de operar exclusivamente como política ecológica e passa também a integrar os mecanismos de reprodução do capital, havendo assim uma grande contradição entre modo de viver do camponês amazonida e a expansão dos interesses do grande capital.

Diante disso, visamos a busca por responder à seguinte questão: Como o trabalho do camponês amazônico na RDS Canumã expressa as contradições entre os modos de viver e produzir sua existência e a expansão das relações capitalistas no território amazônico? Propusemos a hipótese de que o trabalho camponês desenvolvido na RDS Canumã, mantém formas coletivas de produção da existência que resistem à mercantilização integral da natureza.

O objetivo geral foi analisar as contradições entre o trabalho camponês amazônico e a expansão das relações capitalistas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã, localizada no município de Borba, Estado do Amazonas. Como específicos: compreender o processo histórico de constituição territorial da RDS Canumã; identificar as formas de organização do trabalho e da produção da existência desenvolvidas pelos camponeses da reserva; e evidenciar as contradições entre as práticas tradicionais de trabalho camponês e as políticas ambientais articuladas ao capitalismo verde.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se fundamenta no materialismo histórico-dialético proposto por Neto (2011), compreendendo o território amazônico como expressão concreta das contradições produzidas pelas relações sociais capitalistas e pelas formas históricas de produção da existência desenvolvidas pelas populações tradicionais da Amazônia. O artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação localizado na Amazônia, realizada entre os anos de 2022 e 2026 na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã, localizada no município de Borba, Amazonas.

O trabalho de campo ocorreu de forma contínua e intermitente ao longo desse período, mediante visitas trimestrais às comunidades investigadas, bem como pela imersão integral do pesquisador, durante todo o ano de 2024, em uma das comunidades pesquisadas. Essa permanência prolongada possibilitou o acompanhamento das dinâmicas sociais, produtivas e territoriais vivenciadas pelas populações amazônicas da reserva.

Observamos cinco comunidades: Vila de Canumã, Nossa Senhora Aparecida, Barra Mansa, Cumatê e São João. O critério de seleção considerou a predominância de núcleos familiares cuja principal atividade econômica estivesse vinculada à pesca artesanal ou à agricultura familiar camponesa. A pesquisa se apoiou em revisão bibliográfica, que para GIL (2008) é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico; e a produção dos dados ocorreu por meio de: observação direta sistemática, registrada em caderno de campo; análise documental; registros fotográficos, e, narrativas de moradores de maneira complementar.

A análise dos dados foi realizada mediante categorização analítica articulada ao materialismo histórico-dialético, desenvolvida em dois movimentos complementares: categorias a priori (trabalho, totalidade e contradição) e categorias a posteriori (territorialidade

hidrossocial amazônica, sazonalidade produtiva, pluriatividade camponesa e relação dialética entre conhecimento tradicional e natureza).

A AMAZÔNIA E A LÓGICA DA EXPLORAÇÃO TERRITORIAL

A expansão do capital e a dominação colonial, deixaram e ainda deixam profundas marcas na Amazônia. Desde o século XVI, o Território amazônico integra o circuito mercantil internacional como espaço de exploração de riquezas, e controle territorial. A expedição de Francisco de Orellana (1541-1542) é um marco desse processo, por ser considerada pioneira na ocupação subordinada aos interesses do mercado. Manoel (2020) enfatiza que a travessia integral do rio Amazonas consolidou o imaginário europeu da região como fronteira de abundância econômica e espaço de conquista.

Conforme Tavares (2018), entre os séculos XVII e XVIII, a região foi palco de disputas luso-espanholas, com colonização articulada à catequização, escravização indígena e reorganização compulsória do trabalho, instaurando controle sobre corpos, territórios e saberes, convertendo natureza em mercadoria e sujeitos amazônicos em força de trabalho submetida ao capital mercantil europeu. Tal dinâmica expressa o que Marx (2015) chama de expansão violenta da acumulação primitiva, fundada na expropriação das condições materiais de existência das populações tradicionais.

Durante o ciclo da borracha a lógica de exploração territorial se intensificou, para Weinstein (1983) o boom gomífero provocou profundas transformações sociais e econômicas, reverberando em fluxos migratórios intensos, e consolidou relações de trabalho marcadas pela superexploração, pelo endividamento e pela violência estrutural nos seringais. De maneira que, a floresta passou a ser reorganizada segundo os interesses do mercado, reforçando a condição periférica da Amazônia na divisão internacional do trabalho.

Esse processo deixa em evidência que a Amazônia sempre ocupou posição estratégica na reprodução ampliada do capital. Conforme Mészáros (2011), o sistema capitalista, por conta de sua lógica destrutiva e expansiva, precisa incorporar constantemente novos territórios, recursos naturais e formas de trabalho para assegurar sua reprodução. Nesse interim, a Amazônia é tomada como espaço privilegiado da acumulação por espoliação, marcada pela apropriação privada da terra, exploração intensiva dos recursos naturais e pela subsunção das populações tradicionais e sua força de trabalho ao grande capital.

O que é ainda mais evidente durante a Ditadura Militar brasileira, que a partir do discurso ideológico da “integração nacional”, o Estado brasileiro implementou políticas voltadas à

ocupação econômica da Amazônia, associando o desenvolvimento à abertura de estradas, à expansão da agropecuária, à mineração e à implantação de grandes projetos de infraestrutura. A criação da Amazônia Legal, institucionalizada pela Lei nº 5.173, de 1966, expressa o movimento de reorganização territorial subordinado à lógica desenvolvimentista e à inserção do Brasil no capitalismo internacional, mas não como potência econômica, como periferia do capital.

Em nossa perspectiva, a Amazônia não deve ser compreendida como mero espaço natural ou vazio demográfico, mas sim, como território historicamente produzido pelas relações sociais, pelas disputas em torno do trabalho, da terra e da natureza. Mourão et al., (2020) afirmam que o território amazônico é constituído por águas, terras e florestas que se configuram como territórios de vida e trabalho, sendo resultado das múltiplas relações estabelecidas entre os sujeitos amazônicos e a natureza. Portanto, estamos discutindo um território profundamente marcado pelas contradições entre capital e trabalho, entre exploração e resistência, entre mercantilização e reprodução da vida.

Ribeiro (2021) ressalta que o cenário amazônico é atravessado por interesses econômicos, tensões sociais e conflitos estruturais produzidos pelo desenvolvimento capitalista, sobretudo no campo. Uma vez que, “as investidas do grande capital vão do processo de alienação do trabalho ao domínio ideológico”, aliados à manutenção da precarização das condições de vida no campo amazônico e das desigualdades sociais. Tal interpretação se articula as formulações de Harvey (2005) acerca da acumulação por desapossamento, em que o capital amplia sua reprodução mediante a expropriação contínua de territórios, saberes e recursos naturais. É nessa contradição histórica que se insere a compreensão crítica da Amazônia contemporânea, marcada simultaneamente pela violência da expansão capitalista e pelas múltiplas formas de resistência produzidas pelos sujeitos do campo amazônico.

CAPITALISMO VERDE E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA NA AMAZÔNIA

A partir da década de 1970, as discussões internacionais sobre preservação ambiental passaram a ocupar posição central nas agendas políticas globais, especialmente após a Conferência de Estocolmo de 1972. Conforme Passos (2009), Soares (2023) e Assis (1991), os debates ambientais internacionais consolidaram novas políticas voltadas à preservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. No Brasil, tais processos contribuíram para a criação de instrumentos de conservação ambiental e para a expansão das Unidades de Conservação (UCs) e formaram a base para expansão do capital com a mercantilização da preservação da natureza.

Caple e Swanson (2025) argumentam que o capitalismo verde promove uma progressiva substituição das preocupações relacionadas à biodiversidade e aos territórios concretos por uma racionalidade centrada na contabilização do carbono. Já que, a emergência da agenda climática neoliberal desloca a atenção pública dos ecossistemas específicos para métricas abstratas relacionadas ao sequestro e à compensação de carbono.

Tal deslocamento produz aquilo que os autores denominam apagamento da consciência do lugar, reduzindo florestas, rios e territórios historicamente habitados por populações tradicionais a meras unidades de cálculo ambiental. Para Caple e Swanson (2025) a preservação deixa de estar associada à proteção da diversidade biológica, cultural e territorial e passa a ser justificada prioritariamente pela capacidade dos ecossistemas de armazenar carbono. Na Amazônia, esse processo contribui para a construção de novas formas de governança ambiental que tendem a invisibilizar os sujeitos que historicamente produzem e reproduzem esses territórios.

Nesse contexto, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável emergem como categorias de Unidade de Conservação destinadas à preservação ambiental visando a permanência das populações tradicionais em seus territórios. Porém, essas políticas ambientais também passam a ser incorporadas à financeirização da natureza. Ribeiro (2021) afirma que as políticas ambientais contemporâneas costumam operar segundo uma lógica que privilegia a liberdade do capital em detrimento da liberdade do trabalho. A expansão das UCs ocorre paralelamente à criação de novos mercados voltados à preservação ambiental, inserindo a natureza nas dinâmicas de acumulação capitalista.

As transformações contemporâneas da Amazônia evidenciam o aprofundamento da financeirização da natureza e da inserção do território amazônico nas dinâmicas logísticas do capitalismo global. Um exemplo recente desse processo ocorreu com o Decreto nº 12.600/2025, que incluiu importantes rios amazônicos no Programa Nacional de Desestatização (PND), priorizando interesses associados ao escoamento de commodities e à expansão da infraestrutura hidroviária na região.

A medida provocou forte reação de povos indígenas e comunidades tradicionais, que denunciaram a ausência de consulta prévia e os impactos territoriais decorrentes da intensificação da circulação de grandes embarcações e das intervenções permanentes nos rios amazônicos, desembocando em uma ocupação em frente a empresa Cargill que durou mais de 30 dias encerrando apenas com a revogação do decreto. Conflitos como esse, em torno da utilização dos rios demonstram as contradições entre os projetos de integração econômica da

Amazônia e as formas tradicionais de produção da existência desenvolvidas pelas populações amazônicas.

Para Mészáros (2015), o capital é expansionista, destrutivo e incontável, exigindo a permanente incorporação de novos recursos, espaços e relações sociais submetidas aos objetivos de acumulação. Nessa lógica, a natureza deixa de ser compreendida apenas como condição da existência humana e passa a ser apropriada como mercadoria. Misoczky e Böhm (2012) argumentam que o capitalismo verde constitui uma estratégia moderna de mercantilização e financeirização da natureza. Sob o discurso da sustentabilidade, são constituídas as novas formas de exploração ambiental articuladas à lógica do mercado. Em vez de questionar as causas estruturais da destruição ambiental, o capitalismo verde reorganiza os mecanismos de acumulação capitalista sob nova roupagem discursiva. Cunhando o que Lander (2011) aponta, a economia acerca da preservação ambiental atua como mecanismo de legitimação da globalização neoliberal.

Essa lógica está presente nas políticas ambientais implementadas na Amazônia. As UCs frequentemente passam a ser administradas por organizações privadas ou articuladas a instituições financeiras interessadas na consolidação de mercados ambientais. No caso da RDS Canumã, observamos a inserção da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) na gestão da unidade a partir de 2008. Posteriormente, políticas voltadas ao empreendedorismo passaram a ser incorporadas às ações desenvolvidas na reserva, inclusive em parceria com instituições financeiras.

A penetração do capital financeiro sobre os territórios tradicionais amazônicos está presente na implementação dessas políticas. Linhas de crédito destinadas aos camponeses da RDS frequentemente resultam na ampliação do endividamento das famílias, sobretudo diante da necessidade de aquisição de equipamentos para pesca, transporte fluvial e produção agrícola. As políticas ambientais passam a incorporar mecanismos de valorização econômica da natureza e, ao mesmo tempo em que incorporam o discurso da sustentabilidade, aprofundam relações de dependência econômica e subordinação das populações tradicionais às dinâmicas financeiras.

FORMAÇÃO TERRITORIAL E CONFLITOS NA CRIAÇÃO DA RDS

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã localiza-se no município de Borba, Amazonas, possuindo área aproximada de 22.354,90 hectares. A unidade foi criada pelo Decreto Estadual nº 25.026, de 22 de maio de 2005, que, em seu artigo 1º, estabelece a RDS com o objetivo de “conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais e a

permanência das populações tradicionais”. A criação da RDS Canumã insere-se em um contexto marcado por pressões internacionais relacionadas à preservação ambiental e pela expansão das políticas de conservação na Amazônia. Contudo, também se relaciona às demandas das populações tradicionais pelo reconhecimento de seus modos de vida e pelo direito de permanência em seus territórios.

Segundo relatos de moradores coletados em 2023 e 2024 e estudos desenvolvidos por Ribeiro (2021), o processo de criação da unidade ocorreu de forma arbitrária, desconsiderando parte significativa das demandas das comunidades locais. Um dos principais elementos relacionados à formação territorial da RDS foi o Festival do Jaraqui, principal manifestação cultural do Canumã. Ao mesmo tempo, emergiram conflitos relacionados ao movimento de emancipação do Canumã. Muitos moradores compreendiam que a existência da Unidade de Conservação poderia representar entraves aos projetos de urbanização e emancipação administrativa da localidade. Além disso, conforme ata do conselho consultivo de 2008 e relatos comunitários, diversas reivindicações referentes aos limites territoriais da RDS, às áreas de amortecimento e às formas de manejo não foram atendidas durante o processo de implementação da unidade.

GESTÃO AMBIENTAL E NEGAÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA

As decisões estruturais referentes à gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Canumã revelam uma grave assimetria de poder que marginaliza os sujeitos locais. Embora a Associação dos Moradores e Usuários da RDS Canumã (AMURDESC) integre o conselho consultivo da reserva juntamente com órgãos institucionais, como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), esse arranjo possui caráter meramente consultivo, e não deliberativo, assim, o camponês canumaense não detém qualquer poder sobre as políticas ambientais e econômicas a serem implementadas na RDS.

Assim, os camponeses amazônicos passam a ser incentivados a assumir riscos financeiros por meio de linhas de crédito destinadas à aquisição de equipamentos e à ampliação da produção. Entretanto, tais políticas frequentemente desconsideram as particularidades territoriais, produtivas e sociais das comunidades tradicionais. Portanto, a gestão ambiental da RDS Canumã reproduz tensões entre a lógica da conservação articulada ao mercado e as formas tradicionais de produção da existência desenvolvidas pelos camponeses amazônicos.

TRABALHO CAMPONÊS E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA NA RDS CANUMÃ

A análise do trabalho camponês na RDS Canumã exige compreender o trabalho enquanto categoria fundamental para a produção e reprodução da existência humana. Partimos da perspectiva marxiana segundo a qual o trabalho constitui condição indispensável da vida humana. Conforme Marx (2015), é pelo trabalho que o ser humano altera a natureza e, pela natureza, ele é alterado. Dessa forma, para compreendermos o trabalho em dada sociedade, é necessário conhecermos algumas características dessa sociedade.

"[...] As características que adquirem as diversas sociedades dependem fundamentalmente do modo como nelas se produzem os bens materiais" (Uribe, 1980, p. 11). Como nos lembra Lefebvre (1991), toda sociedade produz seu próprio espaço. O espaço não constitui elemento neutro, mas resultado das relações sociais historicamente construídas. Nesse sentido, o território da RDS Canumã expressa formas específicas de relação entre trabalho, natureza e produção da existência. As comunidades amazônicas articulam seus modos de vida às dinâmicas das águas, dos rios, das florestas e dos ciclos produtivos da natureza.

Apesar dos camponeses amazônidas estarem inseridos em sociedade capitalista e, portanto, subordinados à sua dinâmica, na RDS Canumã existem formas de trabalho coletivo e práticas de uso da terra que desafiam a lógica individualista da propriedade privada típica do sistema capitalista. A prática do uso coletivo da terra é um dos aspectos fundamentais dessa estrutura social. Apesar da presença de procedimentos para a regularização de terras e a concessão de direitos de uso, notamos que continuam a existir hábitos coletivos ligados à atividade da agricultura familiar camponesa. Os terrenos destinados ao cultivo são utilizados conforme as necessidades das famílias e os ciclos produtivos do solo.

Encontramos então, a permanência de formas coletivas de produção da existência que diferem significativamente da lógica capitalista baseada na propriedade privada absoluta. Para Witkoski (2010), o trabalho familiar camponês constitui uma espécie de "máquina humana produtiva", em que todos os membros da família participam diretamente dos processos produtivos necessários à reprodução da existência. Na RDS Canumã, o trabalho não se limita à produção de mercadorias, ele está articulado à manutenção da vida comunitária, das relações sociais e das práticas culturais historicamente construídas pelas populações amazônicas.

Entre as práticas coletivas presentes na RDS Canumã, encontramos o puxirum, também conhecido, em outras regiões amazônicas, como ajuri, se trata uma prática tradicional de trabalho coletivo baseada na ajuda mútua entre famílias e comunidades. Na RDS Canumã, o puxirum é encontrado em diferentes atividades comunitárias, como a produção de farinha, a

limpeza de áreas coletivas, os roçados, as festividades religiosas das comunidades. Essa prática demonstra formas de sociabilidade que se contrapõe à lógica individualizante do capital, fortalecendo vínculos e reafirmando relações de reciprocidade entre os comunitários.

Contudo, observamos transformações significativas nessas práticas coletivas. O avanço das relações capitalistas, a ampliação do consumo de produtos industrializados e as mudanças nas formas de trabalho têm contribuído para o enfraquecimento do puxirum. Durante as observações de campo realizadas entre 2022 e 2025, identificamos a ocorrência de apenas dois puxiruns formalmente organizados: um em Cumatê, para a produção de farinha, em agosto de 2024, e outro em Barra Mansa, para a limpeza de áreas coletivas, em fevereiro de 2025. Esse número reduzido, comparado aos relatos de moradores mais velhos, que mencionavam frequência mensal em décadas passadas, indica um enfraquecimento da prática. Ao mesmo tempo, o puxirum permanece enquanto expressão de resistência camponesa. Sua existência reafirma formas de produção da vida baseadas na coletividade, na solidariedade e na reciprocidade.

A DIALÉTICA DA NATUREZA: A DINÂMICA DAS ÁGUAS NA VIDA E TRABALHO DO CANUMAENSE

Os territórios amazônicos representam, espaços em constante formação, onde o ciclo das águas organiza não só a vida ecológica, mas também impacta diretamente as condições de saúde, moradia, acesso, vida e trabalho dos sujeitos das comunidades que vivem às margens dos rios. A dinâmica das águas na RDS Canumã se apresenta como condições materiais do território (rios, igarapés, florestas alagadas, lagos e furos) que estruturam o modo de vida do camponês canumaense. "Este modo de vida é marcado por uma cultura diferenciada, caracterizada principalmente pelo contato com as águas, de onde retiram o sustento para eles e suas famílias" (Ferreira, 2010, p. 67).

Figura 1 - Cheia e Vazante em Nova Aparecida e Barra Mansa



Fonte: Os autores, (2026).

A Figura 1 oferece um contexto geral das alterações do ambiente decorrentes da dinâmica de enchentes e vazantes dos rios Canumã, Uriariá, Abacaxis e Mari-Mari. Assim como para Uchoa e Mourão (2019), as águas negras, a floresta, a areia, os igarapés, as terras de várzea e de terra firme, a cheia e a seca constituem aspectos particulares que caracterizam Nogueira, na região de Alvarães; também são aspectos específicos que caracterizam as comunidades da RDS Canumã.

A várzea, e a terra firme, são os principais lócus de trabalho do camponês. Mas, diferentemente da terra firme, a várzea é um solo periodicamente fertilizado de maneira natural pelos sedimentos orgânicos trazidos pelos rios durante as cheias. Witkoski (2010) afirma que várias plantas são semeadas após a vazante, pois o trabalhador aproveita a fertilização natural do solo, cujo resultado são frutos "vistosos". Os frutos gerados em terras banhadas por rios apresentam uma frutificação diferenciada, pois o solo é mais rico em nutrientes devido à ação das águas.

A compreensão da territorialidade amazônica exige reconhecer que as relações entre água, território e sociedade constituem uma totalidade socioambiental inseparável. Nessa perspectiva, Sheng e Li (2026) utilizam o conceito de territórios hidrossociais para demonstrar que rios, sistemas hídricos, tecnologias, relações sociais, instituições políticas e formas de trabalho não existem de maneira isolada, mas são continuamente produzidos e reproduzidos por meio de interações históricas entre natureza e sociedade.

A organização do calendário de trabalho é norteadada pela experiência adquirida historicamente, por meio da qual o trabalhador produz sua existência e seus múltiplos cultivos, pois o potencial da Agricultura Familiar reside na diversidade e nos usos múltiplos dos recursos naturais. Tal compreensão materializa-se na comunidade de Nogueira, uma vez que é no chão das terras que são cultivados os diversificados produtos da cadeia alimentar dos trabalhadores e trabalhadoras amazônidas (Mourão et al., 2020).

As subidas e descidas dos rios, ao alterarem o ambiente, modificam a biodiversidade e, conseqüentemente, criam a sazonalidade dos períodos de fartura e escassez. Dessa forma, ocorrem também alterações sociais no trabalho, divididas entre tempos propícios ao plantio e tempos propícios à pesca. Considerando Sheng e Li (2026) vimos que, as enchentes, vazantes, repiquetes e ciclos hidrológicos não atuam como fatores externos ao trabalho camponês, mas integram diretamente os processos de produção da existência. Dessa forma, a territorialidade hidrossocial amazônica, em especial, canumaense expressa uma relação dialética na qual as águas moldam as formas de trabalho ao mesmo tempo em que são apropriadas, interpretadas e

transformadas pelos conhecimentos tradicionais acumulados historicamente pelos sujeitos amazônicos.

Na vazante ou estiagem, chega o período de escassez do peixe. Assim, quando o camponês da RDS Canumã percebe o início do recuo das águas, começam os plantios em terra firme e, na várzea, os cultivos são iniciados tão logo cessem a alagação e o encharcamento do solo. Os plantios em terra firme devem ser iniciados no período adequado, pois atrasos excessivos podem fazer com que a colheita ocorra em momentos de difícil acesso às roças.

No campo amazônico, a adaptação do trabalhador aos ciclos hídricos, às terras e às florestas traduz-se no desenvolvimento de um calendário de trabalho singular, cujas atividades estão estreitamente vinculadas às subidas e descidas dos rios, aos períodos de reprodução das espécies de peixes encontradas e às estações do ano, que, em locais como a RDS pesquisada, manifestam-se como os tempos das cheias e vazantes, do sol e da chuva (Mourão et al., 2020).

Na RDS Canumã, os rios, igarapés e furos constituem os principais eixos de circulação territorial, fazendo com que a dinâmica das águas altere diretamente as noções de distância e mobilidade das comunidades amazônicas. Durante a cheia, a conexão entre rios e canais reduz significativamente o tempo de deslocamento, enquanto, na vazante, o recuo das águas amplia as dificuldades de acesso entre as localidades.

Nesse contexto, as distâncias não são percebidas nas unidades de medida como o metro/quilometro mas a partir do tempo necessário para a navegação. As travessias pelos furos e igarapés dependem profundamente do conhecimento tradicional acumulado pelos sujeitos locais, revelando a centralidade da experiência territorial amazônica na organização da vida e do trabalho camponês, o que pode ser vivenciado em primeira mão com as viagens por furos, rios e igarapés nas visitas às comunidades.

Consideramos, portanto, que na especificidade da RDS Canumã o camponês amazônico, por meio de seu próprio ato de existir em comunhão com as formas tradicionais de trabalho e com as relações estabelecidas com a natureza, defronta-se com o grande capital, inventando e reinventando seu modo de viver, existir e resistir. Para isso, combina conhecimentos tradicionais com adaptações de tecnologias sociais voltadas à pesca, ao plantio, à caça e à coleta, orientando-se pelos calendários guiados pelas dinâmicas das águas e pelos períodos de fartura e escassez.

DA PESCA A AGRICULTURA: AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO AMAZÔNICO

A produção da existência na RDS Canumã encontra-se fortemente articulada à pesca artesanal e à agricultura familiar camponesa, revelando formas particulares de sociabilidade e reprodução da vida no interior da Amazônia brasileira. Entretanto, tais formas de produção e trabalho não estão isoladas da totalidade social capitalista, mas inseridas contraditoriamente nela. Nesse sentido, a realidade concreta do camponês amazônico expressa aquilo que Marx (2015) compreende como a coexistência contraditória entre valor de uso e valor de troca, em que o trabalho humano ora aparece voltado diretamente à satisfação das necessidades da vida, ora subordinado às exigências do mercado e da acumulação.

Classificamos a atividade da pescaria na RDS Canumã em dois grupos, pois possuem diferenças qualitativas e quantitativas fundamentais: a pescaria familiar e a pescaria comercial. A pescaria familiar possui como finalidade primeira a reprodução imediata da existência das famílias camponesas, sendo comercializado apenas o excedente da produção. Já a pescaria comercial, ainda predominantemente artesanal, está mais ligada à lógica mercantil, tendo como objetivo central o abastecimento do mercado regional, especialmente a cidade de Manaus.

Figura 2 - Pesca comercial do Jaraqui



Fonte: Os autores, (2026).

Na Figura 2, observamos a pesca do jaraqui no igarapé do Mari-Mari. Nesse contexto, torna-se evidente a coexistência contraditória de duas racionalidades distintas no interior de uma mesma atividade produtiva. Enquanto, na pescaria familiar, o pescado aparece prioritariamente como valor de uso, isto é, como elemento diretamente ligado à reprodução material da vida comunitária, na pescaria comercial, por outro lado, o pescado assume predominantemente a forma de mercadoria, subordinando o trabalho do pescador à lógica do valor de troca e da circulação mercantil. Como afirma Marx (2015), no capitalismo as relações sociais passam progressivamente a ser mediadas pelas mercadorias, fazendo com que o produto do trabalho humano deixe de ser apenas um objeto útil e se converta em portador de valor.

A figura do pequeno proprietário da embarcação expressa, ainda que em escala reduzida, elementos da própria contradição capital/trabalho. O pescador artesanal não proprietário vende sua força de trabalho em condições marcadas pela dependência econômica, pelos custos operacionais e pela necessidade de geração de lucro para o dono da embarcação. Contudo, diferentemente das grandes cadeias monopolistas do agronegócio exportador, essa relação ainda preserva dimensões comunitárias e regionais da circulação da riqueza produzida, uma vez que os ganhos são utilizados para a aquisição de mercadorias que não são produzidas pelo próprio trabalhador, mas que são essenciais à produção e à reprodução de sua existência, como, por exemplo, na alimentação, a compra de arroz, macarrão e feijão; e, no lazer, a aquisição de equipamentos esportivos, televisão, acesso à internet, entre outros.

Ao mesmo tempo, ao debruçarmos nossos esforços reflexivos sobre as relações de trabalho do camponês amazônico canumaense, tomando como exemplo a pesca comercial, descobrimos outra contradição específica da exploração do trabalhador do campo amazônico no capitalismo periférico brasileiro. Enquanto a produção de commodities agrícolas, como a soja, visa atender às grandes demandas do mercado internacional e ampliar a acumulação de riqueza de grandes corporações transnacionais e instituições financeiras, às custas da degradação ambiental em território nacional, a pesca comercial desenvolvida em localidades como a RDS Canumã está majoritariamente articulada ao abastecimento do mercado interno regional.

Encontramos aqui, uma especificidade em que emerge um dos traços do capitalismo periférico brasileiro que articulamos às reflexões de Lênin (2011) sobre imperialismo e desenvolvimento desigual. Enquanto commodities agrícolas, como a soja, são diretamente vinculadas às exigências do capital financeiro internacional, a pesca artesanal na RDS Canumã permanece relacionada ao abastecimento alimentar regional. Revelando que o trabalho do pescador artesanal subsidia a reprodução da vida amazônica, alimentando além das suas próprias famílias, as famílias de Manaus, Borba, Nova Olinda do Norte, Autazes e Belém do Pará.

Ainda que submetida às determinações do mercado, a pesca artesanal amazônica não opera na mesma escala destrutiva do agronegócio monopolista. Isso não significa ausência de exploração ou de desigualdades, mas evidencia diferenças concretas entre distintas formas de inserção do trabalho no capitalismo. Conforme Mészáros (2011), a lógica expansiva do capital tende a subordinar todas as formas de produção à reprodução ampliada da mercadoria; entretanto, em espaços periféricos e contraditórios como a Amazônia profunda, persistem

formas de trabalho que ainda conservam relativa centralidade do valor de uso em relação ao valor de troca.

Figura 3 - Produção de farinha em Cumatê



Fonte: Os autores, (2026).

Ao analisarmos a agricultura familiar camponesa da RDS Canumã, observamos características semelhante. A produção mandiogueira, normalmente organizada em monocultura, principal base alimentar local juntamente com o pescado, manifesta a permanência do trabalho enquanto categoria ontológica. O trabalho aparece não apenas como meio de produção de mercadorias, mas como mediação fundamental entre ser humano e natureza, produzindo simultaneamente os meios de subsistência e a própria sociabilidade comunitária.

As técnicas de cultivo adaptadas à dinâmica das águas revelam o profundo conhecimento ecológico acumulado historicamente pelos camponeses amazônicos. A diferenciação entre mandiocas semiprecoces da terra firme e variedades precoces cultivadas na várzea demonstra que o processo produtivo não se organiza exclusivamente segundo critérios de produtividade mercantil, mas, sobretudo, a partir da relação concreta com os ciclos naturais amazônicos. Nesse sentido, o trabalho do camponês canumaense expressa aquilo que Marx (2015) define como metabolismo entre ser humano e natureza.

15

Figura 4 - Prensa para massa de mandioca



Fonte: Os autores, (2026).

A utilização crescente da prensa mecânica e da bancada de sevar movida a gasolina revela outro aspecto importante das contradições do trabalho amazônico contemporâneo. O processo de trabalho tradicional não é estático nem imutável. Conforme Alves (2007) e Antunes (2006), as transformações tecnológicas no capitalismo não possuem sentido único, podendo tanto intensificar a exploração quanto reduzir parcialmente o desgaste físico do trabalhador. No caso da RDS Canumã, a incorporação dessas tecnologias não elimina imediatamente o caráter artesanal e comunitário da produção farinheira, mas expressa adaptações concretas desenvolvidas pelos trabalhadores diante das necessidades de reprodução material da vida.

O conhecimento tradicional ocupa papel central nesse processo produtivo, porque ele é mais do que um simples conjunto de práticas empíricas, e constitui parte fundamental da reprodução cultural e material do campesinato amazônico. O saber relacionado às fases da lua, aos ciclos das águas, ao comportamento dos peixes, os períodos de frutificação e às práticas medicinais tradicionais representam uma forma histórica de apropriação da natureza construída coletivamente ao longo das gerações.

Esse conhecimento tradicional também serve como guia das relações entre o camponês e a natureza. Um exemplo é o conhecimento acerca da influência da lua na pesca e na caça. Na pescaria, especificamente na pesca do jaraqui (*Semaprochilodus*) principal espécie pescada na RDS Canumã, os termos "fraco da lua" e "forte da lua" são utilizados como indicadores dos melhores momentos para a pesca, de acordo com as fases lunares. Outro conhecimento tradicional mobilizado na pesca do jaraqui refere-se às condições climáticas: o tempo chuvoso durante a noite é tomado como prenúncio de uma boa pescaria de jaraqui ovado no dia seguinte.

Figura 5 - Andiroba à venda



Fonte: Os autores, (2026).

Na coleta, há predominância do açaí, abacaba, tapauá, tucumã, uixi (ou uxí), buriti, castanha, piquiá, sorva, copaíba, andiroba e mel de abelha. Também são coletadas na floresta matérias-primas para a confecção de casas, tapiris, utensílios e ferramentas de trabalho, como a palha de babaçu, o cipó-titica, o cipó-arumã e a piaçava. Grande parte do que é coletado na floresta também é utilizada na medicina tradicional. Os anciãos, em especial as anciãs, utilizam mel de abelha, copaíba e andiroba para tratar doenças e sintomas de gripe, tosse e luxações; banha de cobra para auxiliar no tratamento de fraturas; e, no caso específico da Covid-19, o mastruz com leite.

Da floresta também provém a caça, permeada pela contradição entre o modo de vida camponês amazônico e a racionalidade jurídica do Estado. A criminalização da caça frequentemente desconsidera as condições materiais concretas das populações tradicionais amazônicas, que dependem diretamente da floresta para garantir sua existência. A Lei nº 5.197/1967, conhecida como Lei de Proteção à Fauna, estabelece que os animais silvestres são propriedade do Estado e proíbe sua utilização, perseguição, destruição e caça.

Contudo, há exceção quando a caça é necessária para saciar a fome do caçador e de sua família. Tal exceção encontra-se prevista no artigo 37 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que estabelece não constituir crime o abate de animal silvestre quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família; para proteger lavouras, rebanhos ou bens; ou mediante autorização do órgão ambiental competente.

A criminalização da caça de subsistência na Amazônia evidencia as contradições presentes na atuação do Estado e na aplicação das políticas ambientais em territórios tradicionais. Já que, ao mesmo tempo em que o aparato jurídico exerce controle rigoroso sobre práticas camponesas de baixo impacto ambiental, grandes atividades responsáveis pela degradação em larga escala como o garimpo ilegal, o avanço da fronteira agropecuária e a exploração madeireira frequentemente operam articuladas a mecanismos institucionais de incentivo, tolerância ou proteção estatal.

Com isso, observamos que a caça desenvolvida pelas populações da RDS Canumã não se orienta prioritariamente pela lógica mercantil, mas pela reprodução material da vida comunitária, e está diretamente vinculada às condições históricas de existência das famílias e sua reprodução. Essa realidade torna em evidencia os limites de uma racionalidade jurídica abstrata que tende a desconsiderar as especificidades territoriais, sociais e econômicas das populações tradicionais amazônicas. Se por um lado, o Estado atua como mecanismo de coerção,

por outro, apresenta-se também como espaço de disputas e conquistas históricas das populações tradicionais. O reconhecimento jurídico das RDSs pelo SNUC representa um resultado parcial das lutas sociais dos povos amazônicos pela permanência em seus territórios.

Nossas análises revelam um descompasso entre o modo de viver e produzir do camponês amazônico canumaense, a legislação ambiental e a lógica capitalista que orienta a política social. Há uma contradição de caráter antagônico entre o direito abstrato, norteado pela ideologia burguesa presente nos aparelhos de coerção do Estado e as condições concretas de existência das populações tradicionais. Uma vez que, a criminalização descréscritória da caça ignora o fato de que camponeses e povos originários vivem em condições de relativa marginalização econômica e dependem diretamente da floresta para garantir a produção e a reprodução de sua existência. Assim, a caça de subsistência surge não como atividade recreativa ou mercantil, mas como categoria do sociometabolismo amazônico, por meio da relação entre comunidade e natureza, mediada pelo trabalho e pelo conhecimento tradicional.

Enquanto a lógica capitalista busca transformar a natureza em simples recurso econômico, o camponês amazônico estabelece com ela uma relação simultaneamente produtiva, cultural e simbólica. O que não é possível de ser feito pelo capital, pois como nos lembra Mészáros (2011) a crise estrutural do capital decorre justamente da incapacidade do sistema de manter um metabolismo sustentável entre sociedade e natureza.

Assim, o modo de vida camponês da RDS Canumã expressa uma contradição permanente entre resistência e subsunção ao capital. Ainda que inseridos nas relações mercantis capitalistas, os trabalhadores amazônicos preservam formas específicas de trabalho, sociabilidade e relação com a natureza que não foram completamente absorvidas pela lógica destrutiva de geração de lucro. Portanto, as relações de trabalho existentes na RDS Canumã não podem ser compreendidas como estáticas diante da modernização do capital. Pelo contrário, constituem expressões concretas das contradições do desenvolvimento desigual brasileiro, revelando formas históricas de resistência material e cultural frente às investidas do grande capital sobre a Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho camponês na RDS Canumã permitiu compreender que o território amazônico constitui uma realidade profundamente marcada pelas contradições produzidas pela expansão das relações capitalistas sobre as formas tradicionais de produção da existência. Inserida historicamente nos processos de exploração territorial, mercantilização da natureza e

acumulação capitalista, a Amazônia contemporânea passa a incorporar novas dinâmicas associadas à financeirização ambiental e ao chamado capitalismo verde, intensificando disputas em torno do controle dos territórios, dos recursos naturais e das formas de vida das populações tradicionais.

Nesse contexto, a RDS Canumã se revelou como um território contraditório, em que coexistem mecanismos institucionais de conservação ambiental e processos de subordinação econômica das comunidades amazônicas às dinâmicas contemporâneas do capital. Embora as políticas ambientais reconheçam formalmente a permanência das populações tradicionais em seus territórios, há formas de regulação territorial, inserção mercantil e dependência financeira que tensionam a autonomia produtiva e as formas coletivas de organização social historicamente desenvolvidas pelas comunidades locais.

Ao mesmo tempo, o estudo demonstrou que o trabalho camponês amazônico não pode ser reduzido a uma simples atividade econômica integralmente subordinada à lógica mercantil. As práticas produtivas observadas na RDS Canumã — como a pesca artesanal, a agricultura familiar, a produção farinheira, a coleta florestal e o puxirum — expressam formas específicas de sociabilidade articuladas à reprodução coletiva da vida, à reciprocidade comunitária e à relação histórica entre trabalho e natureza construída pelos sujeitos amazônicos.

Ademais, inferimos que, a dinâmica das águas é elemento central na organização territorial e produtiva das comunidades da RDS uma vez que os ciclos de enchente e vazante condicionam os calendários de trabalho, os deslocamentos, as práticas agrícolas, a pesca e as estratégias de reprodução social das famílias camponesas, apontando a territorialidade amazônica como estruturada por relações hidrossociais que articulam natureza, o trabalho e o conhecimento tradicional.

Nossas análises evidenciaram também que, as comunidades da RDS Canumã mesmo inseridas nas dinâmicas do capitalismo, preservam práticas sociais que resistem à mercantilização integral da vida e da natureza. Outrossim, a permanência histórica do trabalho coletivo, das relações de ajuda mútua e das formas comunitárias de organização territorial revela que a expansão capitalista na Amazônia ocorre de maneira desigual, contraditória e incompleta, coexistindo com formas de resistência produzidas pelos sujeitos do campo amazônico.

Por fim, consideramos que compreender as contradições presentes na RDS Canumã contribui para ampliar os debates sobre trabalho, território, políticas ambientais e reprodução social da vida na Amazônia, evidenciando a necessidade de estudos que reconheçam as

especificidades culturais das populações amazônicas diante das transformações contemporâneas do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARENZ, Karl Heinz. **A política pombalina e a Amazônia**. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 5, n. 15, p. 13-30, 2012.

ASSIS, Eneida Corrêa de. **A evolução das políticas ambientais no Brasil**. Manaus: EDUA, 1991.

BOELENS, Rutgerd; HOOGESTEGGER, Jaime; SWYNGEDOUW, Erik; VOS, Jeroen; WESTER, Philippus. Hydrosocial territories: a political ecology perspective. **Water International**, v. 41, n. 1, p. 1-14, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/02508060.2016.1134898>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02508060.2016.1134898>. Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 25.026, de 22 de maio de 2005**. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 23 maio 2005.

BRASIL. **Decreto nº 12.856, de 23 de fevereiro de 2026**. Revoga o Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025. Diário Oficial da União, Brasília, 24 fev. 2026.

CASTREE, Noel. Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation. **Environment and Planning A**, v. 40, n. 1, p. 131-152, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1068/a39100>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a39100>. Acesso em: 31 maio 2026.

FERREIRA, J. A. O.; CARNEIRO, R. U. C. O aluno com altas habilidades/superdotação em escola ribeirinha na Amazônia. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 247-269, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24i1.13421. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13421>. Acesso em: 31 maio. 2025.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **E o rio, entra na escola. Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e a formação de seus professores**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6488> Acesso em: 26 jan. 2024.

FIGUEIREDO, José. **História territorial do Amazonas**. Manaus: Valer, 2017.

GOMES, Denise. **Arqueologia amazônica e ocupação pré-colonial**. Belém: UFPA, 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LANDER, Edgardo. A economia verde: o lobo vestido de cordeiro. In: **Boletim do Observatório Latino-Americano**, n. 5, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANOEL, Francisco. **Expedições coloniais na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

MANOEL, Ivan Aparecido. Primeiras explorações na Amazônia: breve comentário histórico de Orellana a Pedro Teixeira. **Boletim do Museu Integrado de Roraima**, v. 2, n. 2, p. 9-14, 2020.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Originalmente publicado em 1867).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLS-NOVOA, Megan; BOELEN, Rutgerd; VOS, Jeroen. Hydrosocial territories and socio-natural resilience: conceptualizing water, power and transformation. **Water**, v. 12, n. 11, p. 3053, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/w12113053>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/12/11/3053>. Acesso em: 31 maio 2026.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 546-568, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/QHPyjspmtRQ5QnRMDLJbJxk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 31 abr 2026

MOURÃO, Armando et al. **Trabalho e território na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2020.

OLIVEIRA, José et al. Amazônias, trabalho e produção da existência. **Revista Brasileira de Estudos Amazônicos**, 2025.

PASSOS, Ana. **Desenvolvimento sustentável e políticas ambientais**. São Paulo: Annablume, 2009.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Janderson Braganca. **Educação do Campo e Políticas de Permanência na RDS Canumã (2005-2015)**. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8561> Acesso em: 22 set. 2022

RIBEIRO, João. **Capitalismo verde e unidades de conservação na Amazônia**. Manaus: Valer, 2021.

SANTOS, Milton et al. **Amazônia e complexidade territorial**. São Paulo: Hucitec, 2022.

SOARES, Carlos. **Sustentabilidade e governança ambiental**. Brasília: UnB, 2023.

TAVARES, Maria Trindade dos Santos. **Da educação rural à educação do campo no Amazonas: rupturas e permanências**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6678> Acesso em: 03 set. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

URIBE, Carlos. **Classes sociais e capitalismo**. São Paulo: Global, 1980.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Capitalismo e trabalho no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VICTÓRIA, José. **Trabalho e modo de vida amazônico**. Manaus: EDUA, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 1983.

WEINSTEIN, Barbara. **The Amazon rubber boom: 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2010.